

CADERNO DE ENCARGOS 160-UCP-2022 - TRANSPORTES ESCOLARES 2022-2023 - CIRCUITOS ESPECIAIS

HERMÍNIO JOSÉ DA
CRUZ AUGUSTO
RODRIGUES

Assinado de forma digital por
HERMÍNIO JOSÉ DA CRUZ AUGUSTO
RODRIGUES
Dados: 2022.08.03 17:55:51 +01'00'

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	3
Cláusula 1. ^a - Objeto.....	3
Cláusula 2. ^a - Contrato.....	3
Cláusula 3. ^a - Duração do contrato.....	4
Cláusula 4. ^a - Regularidade do serviço	4
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	4
<i>Subsecção I - Disposições gerais</i>	<i>4</i>
Cláusula 5. ^a - Obrigações do prestador de serviços	4
Cláusula 6. ^a - Forma de prestação do serviço	4
Cláusula 7. ^a - Identificação dos veículos nos circuitos especiais	4
Cláusula 8. ^a - Fatura Eletrónica.....	5
<i>Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados.....</i>	<i>5</i>
Cláusula 9. ^a - Objeto do dever de sigilo.....	5
Cláusula 10. ^a - Proteção de dados	5
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALCOBÇA	6
Cláusula 11. ^a - Preço contratual.....	6
Cláusula 12. ^a - Preço base	7
Cláusula 13. ^a - Condições de pagamento.....	7
CAPÍTULO III - GARANTIA DE CUMPRIMENTO E SEGUROS	8
Cláusula 14. ^a - Garantia de cumprimento contratual	8
Cláusula 15. ^a - Seguros e Inspeções Periódicas das Viaturas.....	8
CAPÍTULO IV – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO.....	8
Cláusula 16. ^a - Não execução dos circuitos.....	8
Cláusula 17. ^a - Não cumprimento do contrato	8
CAPÍTULO V – GESTÃO DO CONTRATO	9
Cláusula 18. ^a - Supervisão e controlo	9
Cláusula 19. ^a - Funções do gestor do contrato	9
CAPÍTULO VI – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	10
Cláusula 20. ^a - Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante.....	10
Cláusula 21. ^a - Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante.....	11
CAPÍTULO VII – MODIFICAÇÃO DO CONTRATO	12
Cláusula 22. ^a - Condições de modificação do contrato	12
CAPÍTULO VIII – RESOLUÇÃO DO CONTRATO	12
Cláusula 23. ^a - Resolução por parte do Município de Alcobça	12
Cláusula 24. ^a - Resolução por parte do fornecedor.....	13
CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	13
Cláusula 25. ^a - Comunicações e notificações	13
Cláusula 26. ^a - Legislação aplicável	14
ANEXO A - CLÁUSULAS TÉCNICAS	15
Cláusula 1. ^a - Objeto e Condições Gerais	15
ANEXO A.1 – CIRCUITOS ESPECIAIS.....	16

**CADERNO DE ENCARGOS - 160-UCP-2022 - TRANSPORTES
ESCOLARES 2022-2023 - CIRCUITOS ESPECIAIS**

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Objeto

1 - O presente concurso tem por objeto principal a **aquisição de serviços para transportes escolares ano letivo 2022/2023 – Circuitos especiais para alunos do 1.º ciclo**, de acordo com as condições definidas neste Caderno de Encargos.

2 – Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o Município de Alcobça reserva-se à possibilidade de adotar um ajuste direto em função de critérios materiais, ao(s) adjudicatário(s) do presente procedimento, para novos serviços que consistam na repetição de serviços similares, desde que estejam em conformidade (*designadamente o preço base seja calculado e definido com base nos preços contratuais adjudicados*) com este procedimento.

Cláusula 2.^a - Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a – Duração do contrato

O presente contrato mantém-se em vigor durante o ano letivo 2022/2023.

Cláusula 4.^a – Regularidade do serviço

Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista nos planos de transportes definidos no Anexo A.1.

Capítulo II – Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 5.^a - Obrigações do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação principal de cumprir com zelo o serviço contratado.

2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.^a - Forma de prestação do serviço

Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade mensal, reuniões de coordenação com o gestor do contrato da parte do Município de Alcobça.

Cláusula 7.^a – Identificação dos veículos nos circuitos especiais

A identificação dos veículos utilizados na execução dos circuitos especiais é obrigatória, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, na sua atual redação.

Cláusula 8.^a – Fatura Eletrónica

- 1 — O cocontratante é obrigado a emitir faturas eletrónicas no âmbito da execução deste contrato público, conforme artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação (CCP).
- 2 – O Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, na sua atual redação define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.
- 3 – A faturação eletrónica é obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2021, estando este prazo alargado até 31 de dezembro de 2022 para as micro, pequenas e médias empresas, definidas nos termos da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003.
- 4 - Para assegurar o cumprimento dos prazos referidos no número anterior devem os cocontratantes desenvolver as atividades conducentes à implementação da fatura eletrónica nos contratos públicos, com vista a acelerar os prazos de conferência e pagamento pelos contraentes públicos.

Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados

Cláusula 9.^a - Objeto do dever de sigilo

- 1 — O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alcobça, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.^a – Proteção de dados

- 1 — O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando *“o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré*

– *contratuais a pedido do titular de dados*”, e *“o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”*.

2 — Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devem ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

3 – Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.

Secção II - Obrigações do Município de Alcobça

Cláusula 11.ª - Preço contratual

1 — Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Alcobça deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobça, incluindo as despesas de alojamento e alimentação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

3 – Conforme previsto no artigo 10.º do DL n.º 6/2004, de 06 de janeiro, por extensão do âmbito de aplicação, nos termos do seu artigo 2.º, poderá haver lugar a revisão de preços por garantia de custos com a prestação do serviço do presente procedimento por parte do adjudicatário face a subidas de preço dos combustíveis impostas pelo mercado, apenas aplicável se o concorrente tenha apresentado a base de cálculo para o preço do transporte em sede de apresentação de propostas, indicando a estrutura de custos que inclua pelo menos os seguintes fatores de ponderação: (i) componente serviço (m.o / viatura / circuito /...) ; e (ii) combustível necessário à realização da operação de transporte, com indicação do preço de referência do combustível utilizado e tipo de combustível /circuito).

4 - Caso se verifique situação que ponha em causa a garantia de custos, conforme ponto anterior, esta deve ser feita por notificação do cocontratante acompanhada da devida

justificação e comprovativo quando puser em causa a viabilidade do serviço e sempre anterior a esse serviço.

5 – Para efeitos do disposto no n.º anterior, a entidade adjudicante exigirá justificação e comprovativo do aumento dos custos de aquisição de combustível apresentados, na data em que inviabiliza o serviço, em relação ao custo à data da apresentação da proposta (indicação do preço de referência do combustível utilizado e tipo de combustível).

6 – A entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre a eventual modificação contratual no prazo de 5 dias úteis após notificação do adjudicatário da ocorrência, conforme pontos 4 e 5.

7 – Não haverá lugar a revisão de preços em relação às componentes de serviço que integram a estrutura de custo.

8 – Não haverá lugar a revisão de preços caso o concorrente tenha optado por não apresentar a base de cálculo para o preço do transporte em sede de apresentação de propostas.

Cláusula 12.ª – Preço base

1 - O preço base global de contrato definido nos termos do artigo 47.º do CCP é de € 37.945,60+IVA.

2 - Os preços contratuais apresentados pelo concorrente contêm todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobça, incluindo as despesas de alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

3 - Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP são excluídas as propostas que apresentem preço contratual superior ao preço base.

Cláusula 13.ª - Condições de pagamento

1 - A(s) quantia(s) devidas pelo Município de Alcobça, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Alcobça das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e deve fazer sempre referência ao n.º de compromisso, processo e requisição externa.

2 – A faturação é mensal e corresponde apenas ao n.º de dias de serviço efetuado do mês a que respeita.

3 – Em caso de discordância, por parte do Município de Alcobça, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos

fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III - Garantia de cumprimento e seguros

Cláusula 14.ª - Garantia de cumprimento contratual

1 — Não é exigida a prestação de caução.

2 — O Município pode proceder à retenção de 10% do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Cláusula 15.ª – Seguros e Inspeções Periódicas das Viaturas

1 — É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro da atividade que exerce, assim como ter em dia a inspeção das viaturas que utiliza na prestação do serviço.

2 — O Município de Alcobça pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro e comprovativos do último pagamento, assim como das inspeções referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 1 dia útil.

Capítulo IV – Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 16.ª – Não execução dos circuitos

1 — O adjudicatário só poderá não realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior comunicados ao Município de Alcobça.com 30 dias de antecedência da data prevista do seu termo.

2 — Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações das componentes que integram os custos dos transportes.

Cláusula 17.ª – Não cumprimento do contrato

1 — O adjudicatário não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha

assegurado a realização dos circuitos.

2 — Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao adjudicatário, este fica obrigado a indemnizar o Município de Alcobça em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado.

3 — Nos casos em que, por motivos imputáveis ao adjudicatário, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou a 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês letivo a 22 dias.

4 — As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pela entidade adjudicante ao adjudicatário.

Capítulo V – Gestão do contrato

Cláusula 18.^a – Supervisão e controlo

1 — O contraente público designa como gestor do contrato, nos termos do artigo 290.º -A, Maria Manuela Monteiro das Neves, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

2 — O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne aos serviços a prestar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerente ao objeto do contrato.

3 — Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.

4 — O adjudicatário estará sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.

5 — Caso se verifiquem situações anómalas e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Cláusula 19.^a – Funções do gestor do contrato

1 - O gestor do contrato deve:

- a) Acompanhar permanentemente a execução do contrato assegurando a verificação da execução em conformidade com o contratualizado tendo em consideração as cláusulas

fixadas no contrato, conjugadas com o caderno de encargos e a proposta do adjudicatário e demais condições legais no âmbito do objeto do contrato;

- b) Acompanhar a execução do contrato com a frequência adequada ao integral desempenho das suas funções e caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas;
- c) Participar ao órgão competente, bem como, quando a lei o preveja, situações que comprometam a segurança, a qualidade, o preço contratado, assim como o cumprimento do prazo previsto; e
- d) Desempenhar as demais funções e poderes delegados de notificação ao adjudicatário no âmbito da execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato, as quais terão de ser aprovadas pelo órgão competente para autorizar a despesa.

2 - Quando se trate de contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções definidas no ponto anterior, o gestor deve:

- a) Recorrer a técnicos em número e qualificações suficientes de forma a que a gestão do contrato abranja todas as áreas contratualizadas; e
- b) Elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.

Capítulo VI – Cessão da posição contratual

Cláusula 20.^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante

1 - A subcontratação pelo prestador de serviço / fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2 - A cessão da posição contratual com iniciativa por parte do cocontratante depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que foram exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.

3 - A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que foram exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato.

Cláusula 21.^a – Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1 - Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o adjudicatário cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré -contratual na sequência do qual foi celebrado o presente contrato, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial no referido procedimento.

2 - Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré -contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.

3 — A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré -contratual original.

4 — A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

5 — Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem -se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.

6 — As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no n.º 4 apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.

7 — Quando há lugar a caução e a garantias prestadas pelo cocontratante inicial, estas são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.

8 — A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite -se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

Capítulo VII – Modificação do contrato

Cláusula 22.^a – Condições de modificação do contrato

1 - Nos termos do n.º 4 do artigo 42.º do CCP e por razões devidamente identificadas e justificadas, o contrato pode vir a ter circuitos a mais e/ou a menos, nos termos previstos no regime substantivo dos contratos administrativos do CCP, designadamente por via de situações supervenientes e / ou imprevistas relativamente à data de abertura do presente procedimento.

2 — No caso de no início ou ao longo do ano letivo, se verificar que a realização de determinado circuito não é necessária, por motivo superveniente à abertura deste procedimento, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para a não realização desse circuito.

3 — Também poderá haver lugar à rescisão de um circuito se no decorrer do ano letivo deixar de se justificar ou o número de alunos se tenha alterado e o modo de transporte careça de características diversas da contratualizada.

Capítulo VIII – Resolução do contrato

Cláusula 23.^a - Resolução por parte do Município de Alcobça

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Alcobça pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a cinco dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

b) Fornecimento de bens com características técnicas diferentes.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alcobça.

Cláusula 24.^a - Resolução por parte do fornecedor

- 1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros
- 2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alcobaca, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IX - Disposições finais

Cláusula 25.^a - Comunicações e notificações

- 1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.^a - Legislação aplicável

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos na sua atual redação e demais, legislação aplicável.

2 - Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

3 - As normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

ANEXO A - Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.^a – Objeto e Condições Gerais

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré contratual que tem por objeto principal a **aquisição de serviços para transportes escolares ano letivo 2022/2023 – Circuitos especiais para alunos do 1.º ciclo**, nos seguintes termos:

- a) Circuitos enquadráveis no âmbito da alínea g) do n.º 1 do artigo 19.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação.
- b) Para o transporte de alunos conforme circuitos definidos no anexo A.1, deverão ser efetuados todos os percursos indicados de acordo com as especificações apresentadas e legislação em vigor, nomeadamente Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, na sua atual redação.
- c) O veículo deverá estar preparado para transportar alunos para os percursos em causa no intervalo de idades e necessidades especiais conforme indicado no anexo A.1.
- d) O serviço a prestar deve incluir auxiliar de acompanhamento para os percursos sempre que solicitado no anexo A.1.
- e) O transporte deverá ser efetuado de acordo com as normas legais em vigor, nomeadamente Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, na sua atual redação.
- f) Não se aceitam percursos com passagem pelo IC2.
- g) 7 – O adjudicatário deverá respeitar os trajetos solicitados no anexo A.1.

ANEXO A.1 – Circuitos Especiais

1.1	Percurso 1	Moleanos - EB1 Ataíja de Cima - Moleanos
	Horário Escolar:	9:00 - 17:30
	Descrição percurso: Moleanos - EB1 Ataíja de Cima	
	Partida	08:45
	Local Recolha	Moleanos
	Descrição percurso EB1 Ataíja de Cima - Moleanos	
	Regresso	17:30
	Local Recolha	EB1 Ataíja de Cima
	N.º alunos	4
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	176 dias
	Intervalo de idades	6 a 10 anos de idade
	Necessita de auxiliar	Depende do tipo de transporte proposto conforme artigo 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril
1.2	Percurso 2	Casais de Santa Teresa - EB1 Ataíja de Cima - Casais de Santa Teresa
	Horário Escolar:	9:00 - 17:30
	Descrição percurso Casais de Santa Teresa - EB1 Ataíja de Cima	
	Partida	08:40
	Local de Recolha:	Junto à Escola dos Casais de Santa Teresa
	Descrição percurso EB1 Ataíja de Cima - Casais de Santa Teresa	
	Regresso	17:30
	Local Recolha	EB1 Ataíja de Cima
	N.º alunos	7
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	176 dias
	Intervalo de idades	6 a 10 anos de idade
	Necessita de auxiliar	Depende do tipo de transporte proposto conforme artigo 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril
1.3	Percurso 3	Portela do Pereiro - EB1 dos Carris - Portela do Pereiro
	Horário Escolar:	9:00 - 17:30
	Descrição percurso: Portela do Pereiro - EB1 dos Carris	
	Partida	08:30
	Local Recolha	Portela do Pereiro
	Descrição do percurso: EB1 dos Carris - Portela do Pereiro	
	Regresso	17:30
	Local Recolha	EB1 dos Carris
	N.º alunos	6
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	176 dias
	Intervalo de idades	6 a 10 anos de idade
	Necessita de auxiliar	Depende do tipo de transporte proposto conforme artigo 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril

1.4	Percurso 4	Fonte Santa - EB1 dos Carris - Fonte Santa
	Horário Escolar:	9:00 - 17:30
	Descrição percurso: Fonte Santa - EB1 dos Carris	
	Partida	08:30
	Local Recolha	EB1 Fonte Santa
	Descrição do percurso: EB1 dos Carris - Fonte Santa	
	Regresso	17:30
	Local Recolha	EB1 dos Carris
	N.º alunos	4
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	176 dias
	Intervalo de idades	6 a 10 anos de idade
	Necessita de auxiliar	Depende do tipo de transporte proposto conforme artigo 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril
1.5	Percurso 5	Montes - E.B.1 Alpedriz - Montes
	Horário Escolar:	8:30 - 17:30
	Descrição percurso: Montes - E.B.1 Alpedriz	
	Partida	08:30
	Local Recolha	Montes
	Descrição do percurso: E.B 1 Alpedriz - Montes	
	Regresso	17:30
	Local Recolha	E.B 1 Alpedriz
	N.º alunos	8
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	176 dias
	Intervalo de idades	6 a 10 anos de idade
	Necessita de auxiliar	Depende do tipo de transporte proposto conforme artigo 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril
1.6	Percurso 6	Chãos - E.B.1 Alcobça - Chãos
	Horário Escolar:	9:00 - 17:30
	Descrição percurso: Chãos - E.B.1 Alcobça	
	Partida	08:45
	Local Recolha	Beco da Cruz n.º 5
	Descrição do percurso: E.B 1 Alcobça - Chãos	
	Regresso	17:30
	Local Recolha	E.B 1 Alcobça
	N.º alunos	1
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	176 dias
	Intervalo de idades	6 a 10 anos de idade
	Necessita de auxiliar	Depende do tipo de transporte proposto conforme artigo 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril
1.7	Percurso 7	Valado de St.ª Quitéria - EB1 Casal Velho - Valado de St.ª Quitéria
	Horário Escolar:	9:00 - 17:30
	Descrição percurso Valado de St.ª Quitéria - EB1 Casal Velho	
	Partida	08:30
	Local Recolha	Escola de Santa Quitéria

	Descrição percurso EB1 Casal Velho - Valado de St. ^a Quitéria	
	Regresso	17:30
	Local Recolha	Escola EB1 Casal Velho
	N.º alunos	5
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	176 dias
	Intervalo de idades	6 a 10 anos de idade
	Necessita de auxiliar	Depende do tipo de transporte proposto conforme artigo 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril
1.8	Percurso 8	Moita do Poço – Centro Escolar de Turquel - Moita do Poço
	Horário Escolar:	9:00 - 17:30
	Descrição percurso Moita do Poço – Centro Escolar de Turquel	
	Partida	08:30
	Local Recolha	Escola Moita do Poço
	Descrição percurso Centro Escolar de Turquel - Moita do Poço	
	Regresso	17:30
	Local Recolha	Centro Escolar de Turquel
	N.º alunos	3
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	176 dias
	Intervalo de idades	6 a 10 anos de idade
	Necessita de auxiliar	Depende do tipo de transporte proposto conforme artigo 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril
1.9	Percurso 9	Venda das Raparigas – Centro Escolar de Benedita – Venda das Raparigas
	Horário Escolar:	9:00 - 17:30
	Descrição percurso Venda das Raparigas – Centro Escolar de Benedita	
	Partida	08:30
	Local Recolha	Rua Principal n.º 121
	Descrição percurso Centro Escolar de Benedita – Venda das Raparigas	
	Regresso	17:30
	Local Recolha	Centro Escolar de Benedita
	N.º alunos	1
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	176 dias
	Intervalo de idades	6 a 10 anos de idade
	Necessita de auxiliar	Depende do tipo de transporte proposto conforme artigo 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril